

| 1225 | A IMPORTÂNCIA DO ELEMENTO PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA A GESTÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira, Michele dos Anjos de Santana

Resumo

O artigo busca compreender em que medida os elementos da gestão democrática participativa tem a capacidade de serem utilizados na construção de um modelo de gestão adequado aos sítios históricos urbanos brasileiros, para atender às demandas sociais, da população residente nestes lugares. Para tanto, como estudo de caso, se volta ao cenário do Sítio Histórico de Olinda: um lugar permeado por um histórico de luta pelo atendimento das questões comuns defendidas pelos apaixonados moradores, canteiro de obras de um governo que o considera 'fonte de rentabilidade financeira' numa fala típica do empresarialismo urbano. Considerando-se que um dos fatores responsáveis pela manutenção da identidade cultural de áreas históricas é a permanência da população nativa, as ações e programas governamentais desenvolvidos nesta área têm sido pouco exitosos no atendimento das emergências urbanas locais, contribuindo para a 'expulsão branca' da população nativa. Por outro lado, a capacidade de organização e interferência no planejamento de tal sítio, tem permitido aos seus moradores serem considerados pelas diversas instâncias do Poder Público, na condução dos projetos locais. A partir desta exposição, pretende-se alimentar a construção do tão desejável modelo de gestão adequado as especificidades dos Sítios Históricos Urbanos no Brasil.

Palavras chaves: gestão de sítios históricos urbanos, participação, democracia participativa, conservação urbana.

Introdução

A gestão urbana é um tema largamente estudado na atualidade, principalmente após o fenômeno da reestruturação produtiva que implicou em uma dinamização do sistema econômico global. Buscando solucionar os problemas da cidade, cada vez mais envolta em um contexto sócio-econômico complexo e global. Planejadores e estudiosos travam um embate multifacetado para compatibilizar o momento político-social brasileiro inserido na dinâmica global. Para tanto, incluem as premissas do desenvolvimento sustentável como forma de conciliar as novas relações de produção com as antigas formas de apropriação do espaço, conciliando o novo e o velho no mesmo espaço.

Se o ato de gerir cidades tem se apresentado como um exercício árduo no caminho para encontrar um modelo de gestão que atenda às várias demandas da sociedade, em áreas históricas as dificuldades se somam a uma equação de variáveis complexas, difíceis de serem resolvidas. Entre elas pode-se elencar, como exemplo, o baixo poder aquisitivo da população nativa, a favelização das estruturas físicas, a falta de diversidade de equipamentos urbanos, a carência de políticas sociais e a crescente violência urbana. Todavia, existem diversas

parcerias onde as intervenções também buscam oferecer melhores condições sociais e infraestrutura local nestes recortes urbanos de valores imensuráveis para que possam prosseguir ao longo dos tempos guardando, além de cultura, condições de estabelecer as diversas relações necessárias ao espaço urbano que pretende consolidar-se de forma sustentável.

Tratando-se de sustentabilidade entre os elementos que estabelecem relacionamento em áreas históricas, coloca-se em evidência a figura do *morador nativo*. Estes atores sociais são verdadeiros portadores/transmissores de saberes por carregarem em sua individualidade as experiências que fazem parte da construção da história urbana em uma dada localidade. Partindo-se deste fato, é razoável considerar que moradores nativos de áreas históricas podem ser verdadeiros elementos condutores do desenvolvimento sustentável, uma vez que estejam inseridos dentro de um modelo de gestão da cidade, onde sua opinião seja considerada. Em contraponto, a prática da gestão de sítios históricos urbanos brasileiros, tem-se realizado através de projetos pontuais, cujo foco se encontra no aparelhamento urbano e na valorização das estruturas edilícias, num processo distanciado da população.

Como resultado do modelo de gestão adotado, estes territórios têm sido explorados especialmente quanto à potencialidade de atrair variados investimentos econômicos sob a ótica do valor cultural. Comumente as ações que beneficiam as atividades turísticas tanto em relação ao aparelhamento físico da cidade quanto aos serviços oferecidos para o consumidor do turismo cultural. Na prática, as áreas históricas têm sido tratadas como um “ativo econômico”, calculado quanto à capacidade de exploração e submetidas a planos e programas.

Esta estratégia de ação, por sua vez, encontra guarida no empresarialismo urbano, modelo de gestão amplamente empregado pelo planejamento urbano brasileiro para todas as facetas do tecido da cidade. Tal modelo utiliza-se de planos estratégicos e das operações urbanas para valorizar o solo urbano, enquanto capital, como estratégia de enfrentamento das dificuldades circunstanciais, vivenciadas em nível local.

As experiências brasileiras na implantação do empresarialismo urbano em cidade históricas demonstra que os recursos culturais – especialmente urbanísticos e arquitetônicos – não foram capazes de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população local, seja em relação à educação, saúde ou economia (ZANCHETTI, 2008). Fatores que oferecem justificativas para o fato de que boa parte da população nativa de áreas históricas brasileiras abandona seu lugar de origem em busca de melhores condições de habitabilidade e de sobrevivência.

A exemplo do que se afirma, destacamos o Sítio Histórico de Olinda – intitulado pela Unesco como Cidade Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Majoritariamente pertencente à classe de baixa renda, considerável parcela dos moradores nativos deixou seu habitat por ausência de políticas públicas que fossem eficazes no enfrentamento das adversidades vivenciadas no contexto de um sítio histórico urbano. Segundo afirma Zancheti (2008), este quadro não é uma particularidade do Sítio Histórico de Olinda, mas das áreas históricas de modo geral, pois em nenhuma destas cidades existe uma estratégia bem definida para associar a conservação cultural e o desenvolvimento local, apesar das suas especificidades quanto patrimônio cultural.

Ao passo que a conservação do patrimônio cultural é uma condição sem a qual não é possível considerar elegível um modelo de gestão para os sítios históricos, o caráter sustentável também não pode ser alienado do desenvolvimento proposto. Para Novaes (2002), “a ideia de sustentabilidade (...) [dentro da ótica de cidades sustentáveis] passa a estar referenciada a outros conceitos, entre os quais os de democracia, participação, equidade, eficiência, cidadania, autonomia, descentralização, e pertencimento”. Estes conceitos são eixos norteadores para o enfrentamento dos problemas da cidade ao passo que nos impulsiona a quebrar os paradigmas quanto ao pragmatismo do modelo desenvolvimentista que se tem adotado.

A participação, a cidadania e o pertencimento são conceitos intimamente ligados à introdução do cidadão no processo democrático como ator que colabora, manifesta-se e fiscaliza o cumprimento das atividades da administração pública. Por fim, acabam por introduzir o cidadão no papel de co-gestor na construção do desenvolvimento sustentável da sociedade. No entanto, Zanchetti (2007) denuncia que o processo de intervenção no patrimônio construído, tem se dado através de um processo de negociação entre os atores, onde as regras em que se baseia, são pouco claras ou ausentes.

É nessa perspectiva que se analisa a participação popular como instrumento democratizador para a construção de um modelo de gestão sustentavelmente orientado em Sítios Históricos Urbanos no Brasil. Acredita-se que a participação popular é capaz de promover uma maior equidade e eficiência na distribuição dos recursos destinados a projetos urbanos em áreas históricas, assim como promove a descentralização de prioridades para originar um sistema social dinâmico e atender às questões emergenciais da população residente. O desenho de um novo panorama social a partir de um modelo de gestão, pode, então, vir a contribuir para a permanência da população nativa em seu local de origem e promover a consideração das especificidades culturais para a manutenção de identidade do lugar.

Nesta perspectiva ofereceremos na primeira parte do artigo um referencial teórico que elucida as teorias que movimentaram esta reflexão. Em seguida apresenta-se a experiência de participação dos moradores do Sítio Histórico de Olinda, como objeto de estudo para análise de experiências não estruturadas de gestão de sítios históricos e, por fim, estão postas as considerações finais sobre esta reflexão.

1. Relações entre desenvolvimento urbano culturalmente orientado e participação popular.

As premissas do desenvolvimento sustentável foram traçadas a partir do Relatório Bruntland, em 1987, que começou a compor as noções de sustentabilidade dentro do ambiente urbano, gerando conceitos como o de “cidades sustentáveis”. O conceito veio substituir a ideia de desenvolvimento econômico, ao tempo em que abarca a dimensão econômica e insere a dimensão do indivíduo, do social e das relações indivíduo-meio (ZANCHETTI, 2002). É uma ‘abordagem holística’ que caminha em consonância com a produção e apropriação do espaço, ao longo do tempo.

Trazendo a temática para o ambiente urbano, a abordagem holística do desenvolvimento urbano sustentável trata de “incluir o ser humano e a cultura local no processo de investigação urbana para o desenvolvimento de projeto e planejamento [...], promovendo, assim, formas participativas nas estratégias de planejamento” (TORRES E HOLZER, 2008).

Por seus contornos, o desenvolvimento sustentável atribui à dimensão política o caráter de agente condicionante do estado social dos indivíduos e grupos, de forma que, para atingir a qualidade de vida de uma dada sociedade, torna-se necessário promover a organização dos grupos de interesse ao redor da tomada de decisões sobre economia e usos comuns (GUIMARÃES, 1997 apud, BRASIL, 2000).

Tratando das diversas especificidades que o tecido urbano pode apresentar, o termo *desenvolvimento urbano culturalmente orientado* (ZANCHETTI, 2008: p.3) vem se referir à busca da sustentabilidade urbana em áreas de interesse patrimonial. Trata-se de somar ao desenvolvimento urbano sustentável às particularidades culturais, às premissas de conservação e às especificidades legais. É uma construção teórica que vem oferecer respostas as complexidades das questões envolvidas em áreas históricas.

Cabe salientar que, no campo da conservação urbana, desde 1970, na Itália, experiências de diretrizes de planejamento urbano em sítios históricos têm sido empregadas com êxito na reabilitação de áreas históricas. Surgiu daí a Conservação Integrada, orientada para a

municipalização do processo decisório sobre as ações destinadas à população, por entender ser este um caminho necessário para promover a conservação das áreas históricas, considerando as condições culturais e sociais de seus residentes. (ZANCHETTI, 2007,2008).

A descentralização política surgiu no panorama internacional como resposta “à crise dos modelos de centralização do estado”, em países desenvolvidos, que já não conseguiam mais atingir seus objetivos quanto ao provimento do bem-estar-social (LEAL, 2002). Dentro de uma estrutura econômica estável, a administração pública era chamada a prover as necessidades sociais complementares. Uma tarefa difícil de resolver, dentro de um modelo de gestão raso e incapaz de atingir os anseios dos pequenos grupos sociais.

O modelo da descentralização ganhou visibilidade mundial por apresentar um rol de vantagens que procuravam sanar as lacunas deixadas pelo o modelo centralizador. Borja (1988, apud LEAL, 2002: p.52) descreve estas vantagens: permite a descentralização do poder político na reapropriação e socialização das classes populares, cria condições favoráveis para promover modelos de desenvolvimento econômico mais equilibrados e mais adaptados às necessidades sociais, permite o engajamento participativo e prática da cidadania.

No Brasil, a descentralização política chega em um momento social distinto dos países desenvolvidos. As tentativas de implementação de modelos descentralizados ocorreram em um cenário de baixa organização da sociedade civil frente um contexto de grandes transformações, refletindo na pouca mobilização social (LEAL, 2002). Diferente dos países europeus onde a descentralização foi forjada no forte ativismo de diferentes atores sócio-políticos, no Brasil ocorreu o inverso, derivando da incapacidade de um governo central frente a crescente complexidade de novas centralidades, incluindo os centros urbanos.

Mesmo diante de um prognóstico negativo quanto à capacidade de implementação de um trabalho eficiente, as experiências de descentralização no Brasil foram positivas, quanto ao trato dos problemas emergenciais que acometiam as cidades. Além do mais, as iniciativas apresentaram bons resultados quanto ao modelo local adotado. Regra geral, os primeiros passos na aplicação de uma democracia participativa foram tidos como “indiscutíveis avanços ao processo democrático” (LEAL, 2002: p.53). De exercício pedagógico a exercício necessário, a participação assume um papel insubstituível na consubstanciação entre o governo e a sociedade civil na busca de processos democraticamente eficientes.

Deste então, a participação tem adentrado por espaços distintos e tomado formas diversas de execução. Algumas práticas são bem conhecidas como o *orçamento participativo* nas plenárias de bairro e nos programas de habitação social. No entanto, as experiências de participação

popular legalmente constituída são muito incipientes na gestão de sítios históricos, onde, mais que um modelo de gestão, a democracia participativa pode assumir um importante papel na manutenção da identidade cultural destes lugares. É pertinente observar que, para Zanchetti (2008) o patrimônio material torna-se uma categoria social quase vazia quando o separamos das relações sociais em que está inserido, tornando-se de valor irrelevante para o planejamento do desenvolvimento culturalmente orientado.

Visto desta ótica, o valor da democracia participativa em sítios históricos pode ser enxergado por dois enfoques. O primeiro deles está ligado à capacidade de promover políticas sustentáveis que buscam a equalização da qualidade de vida entre grupos sociais distintos. O segundo aspecto está ligado à possibilidade de considerar aspectos da cultura local, que são desconhecidos pela administração pública e que, por isso, não são levados em consideração no momento do planejamento. O primeiro enfoque vem combater os dividendos sociais negativos deixados pelo empresarismo urbano empregado nos sítios. O segundo enfoque combate a perda da integridade do patrimônio imaterial, representado pela quebra das relações sociais tradicionais entre os residentes e o local, por ocasião do esvaziamento dos moradores nativos do sítio.

Em virtude disto, apesar do panorama adverso quanto à introdução de um sistema democrático para a gestão de sítios históricos, é preciso lembrar que historicamente o processo de participação popular é regado por entraves de toda a natureza, mas que tem colhido frutos positivos para a população envolvida, conforme pode-se observar através dos resultados das pesquisas empreendida por Suely Leal, sobre as práticas co-gerenciais em municípios brasileiros. Leal (1997: p.147) aponta para “um salto efetivo de qualidade nas condições infraestruturais da área em foco, na melhoria de vida da população, como também, no processo de organização social da comunidade”, apesar das limitações estruturais da máquina pública.

2. O Sítio Histórico de Olinda: uma experiência de gestão participativa em sítios históricos urbanos.

Quanto ao envolvimento dos moradores do sítio histórico de Olinda e a salvaguarda do patrimônio cultural, a arquiteta Juliana Barreto (2008) revelou importantes dados acerca da participação popular na efetivação das ações de gestão pública para o Sítio Histórico de Olinda.

O que nos interessa elucidar quanto à manifestação da população local registrada nesta pesquisa – e que será tratada aqui como *participação* – são fatos levantados pela pesquisadora e que nos auxiliarão na reflexão acerca dos porquês pelos quais a participação popular deve ser considerada como um instrumento de colaboração para a criação de um modelo de gestão sustentável nos sítios históricos brasileiros.

Assim, os tópicos abaixo apresentam problemáticas recorrentes em áreas históricas e que devem ser enfrentadas. Tais tópicos, ora abordam conflitos entre moradores/poder público e os desfechos dados a partir do estabelecimento de uma relação entre estes atores, ora expõem fatos da conjuntura do Sítio Histórico de Olinda, para alimentar a construção de possíveis encaminhamentos que possam ser dados, como enfrentamento do problema exposto.

Valorização da identidade local e sentimento de pertencimento: Um dos fatores para a promoção da democracia participativa é o bom grau de organização da sociedade civil. Como exemplo local, apresenta-se o Movimento da Ribeira, criado em 1964, por artistas do sítio que desejavam a restauração do Mercado da Ribeira para alocação de ateliês, galerias e bares. Apoiado pela municipalidade o Movimento extrapolou os limites de sua ação, com repercussão social em larga escala tendo contribuído para a “revelação do sítio antigo de Olinda como um bem cultural, de relevante beleza paisagística e de méritos artísticos as suas edificações” (BARRETO, 2008).

A partir do movimento citado, pode-se observar que o processo participativo pode colher como frutos o fortalecimento da identidade cultural local e do sentimento de pertencimento, não apenas entre os moradores da localidade, mas extensível a outros níveis urbanos. De igual maneira, esta pequena parceria entre município e comunidade colaborou também para a formação de um canal de geração de renda a partir do produto cultural local, movimentando a economia e contribuindo como forma de combate à favelização das estruturas urbanas históricas.

Economia Solidária como atividade sócio-econômica: A economia solidária tem se apresentado como solução para geração de trabalho e renda na promoção da inclusão social, através de processos que correspondam às expectativas do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010d). Em sítios históricos o desenvolvimento de atividades de economia solidária baseadas na cooperação ou auto-gestão podem se apresentar como solução para o desenvolvimento econômico da população de baixa renda residente no local, revertendo o processo continuado de descapitalização, seguido de ‘êxodo’ ou assistencialismo.

No Sítio Histórico de Olinda, as atividades comerciais desenvolvidas pela população carente são basicamente pequenas atividades de comércio ou serviço realizadas nas dependências da residência, destinadas ao provimento das necessidades primárias da vizinhança. A criação de um canal baseado na economia solidária que possibilite criar estratégias de empreendimento orientado a população de baixa renda poderá promover a manutenção do reminescente da população nativa de Olinda. Colabora também para a inclusão de outras dinâmicas econômicas importantes para a promoção da sustentabilidade do local, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

Financiamento do habitat social: No final da década de 1970, ocorreu um fenômeno de “expulsão branca” dos moradores nativos do Sítio Histórico de Olinda, que venderam suas casas para cidadãos mais abastados, interessado em usufruir das vantagens do lugar, frente a outras localidades da região metropolitana. O fenômeno guarda íntima relação com as questões econômicas, visto que os moradores nativos “não dispunham de recursos para a manutenção dos imóveis” em virtude dos seus baixos rendimentos, colaborando para o abandono do habitat nativo e substituição da população pela classe média alta (BARRETO, 2008).

Este fato reflete a necessidade de que sejam firmadas parcerias dentre o poder público e a comunidade, com fins ao financiamento de condições de habitabilidade nos sítios históricos urbanos, visto que esta relação de *parceria* e *habitat social* é pouco exercitada dentro dos sítios históricos brasileiros. Esta expectativa pressupõe não só a organização de uma ação, mas também uma mudança de mentalidade, já que a *parceria* tem sido enxergada como uma relação de troca mercantil entre as partes, ao contrário da *produção do habitat social* que é relegada às áreas de baixo interesse imobiliário e pouca infraestrutura urbana.

No caso de áreas patrimoniais, a parceria deve ser compreendida como uma troca imaterial, não mensurável economicamente, e a produção do habitat social embasada na principal variável em questão: a manutenção da população nativa em seu habitat natural. Cabe salientar também que o financiamento do habitat social pode se tornar um instrumento que venha a colaborar com a manutenção da integridade física do casario antigo, uma vez que os acordos de financiamento sejam firmados considerando premissas de conservação patrimonial.

Estratégias de apoio ao desenvolvimento da economia vicinal: As estratégias para a promoção do desenvolvimento econômico do Sítio Histórico de Olinda estão essencialmente

ligadas às atividades turísticas; fato que se constitui como um panorama comum a diversas outras cidades históricas no Brasil.

No entanto, as necessidades da população nativa são de outra ordem, conforme indica a pesquisa realizada pela Fundação Centro de Preservação - FCPSHO - entidade ligada a Prefeitura Municipal de Olinda. Perguntados quanto à “receptividade à introdução de usos ligados ao turismo e à vida noturna no casario histórico”, os moradores não só repeliram a iniciativa, como apontaram para a realização de atividades econômicas bem distintas daquela proposta pela instância federal: farmácias, mercearias, consultórios. (BARRETO, 2008 : p.161).

Indiretamente, a pesquisa aponta para o potencial do sítio em absorver outros tipos de atividades econômicas que não àquelas eleitas como oportunidades de sucesso pelo empresarialismo urbano. Também indica que a participação popular tende a revelar caminhos desconhecidos para o desenvolvimento econômico local, em busca da sustentabilidade urbana, e que – apesar de excentricidade enquanto recorte urbano – as áreas históricas estão abertas para receber atividades tão comuns à vida quanto em qualquer outro lugar da cidade.

Mediação de Conflitos: Uma das vantagens do exercício da democracia participativa é a possibilidade de ouvir simultaneamente os diferentes interesses, mediar os conflitos existentes e sintetizar uma proposta que se aproxime do interesse comum. Esta vantagem evita os excessivos ajustes no planejamento e implantação de programas que são verdadeiros entraves ao bom andamento das políticas públicas.

Como exemplo, traz-se às oportunidades em que os moradores do Sítio se viram vocacionados a combater o tráfego pesado e a presença intensa de veículos no local. Estas ações em defesa do patrimônio foram encabeçadas por um grupo peculiar de moradores (artistas, intelectuais, advogados, professores), embora não representasse um pensamento comum entre os moradores do sítio (BARRETO, 2008).

Em um primeiro momento – no combate ao tráfego pesado – o movimento teve grande repercussão social, com apoio político e da mídia, mas não obteve maiores desdobramento quanto à eliminação do problema. O grupo de moradores nativos – ausente do processo – assumiu uma postura de indiferença frente ao desconhecimento dos efeitos do mal combatido (BARRETO, 2008).

O segundo momento – do combate ao fluxo intenso de veículos no local – teve grande repercussão junto à sociedade e municipalidade, resultando no fechamento de vias do sítio histórico. Descrevendo os desdobramentos desta atitude, Barreto (2008: p.171) revela: “Naturalmente, a implantação dessa medida gerou embates entre os distintos grupos de moradores e usuários do sítio histórico, os quais tinham interesses e objetivos diversos quanto ao uso do local”.

Em outro momento, a população uniu-se para combater o problema da insegurança gerada pela proliferação desenfreada dos bares no sítio histórico, fato que impôs obstáculos à qualidade de vida dos moradores. Os moradores se pronunciaram contra o fato denunciando que as atividades desenvolvidas no sítio ameaçavam a qualidade de vida dos habitantes (BARRETO, 2008).

O panorama de conflito corrobora para o entendimento de que a participação popular deve ser uma prática na busca do amortecimento dos desequilíbrios entre os interesses distintos no processo decisório local e que pode sinalizar a necessidade do combate ao desequilíbrio entre as relações existentes em nível local. Além disto, destaca-se a importância da diversidade de representatividade de atores e grupos envolvidos pelo caráter pedagógico, ocorrido nas trocas de informações intergrupos.

Nos exemplos citados buscou-se oferecer o conhecimento das oportunidades que podem ser criadas através da adoção da participação popular na construção de um modelo de gestão dos sítios históricos, a fim de atingir o desenvolvimento sustentável culturalmente orientado.

Cabe enfatizar que poucas foram às vezes em que a sociedade civil agiu através de um canal participativo legalmente instituído para enfrentar os conflitos existentes no Sítio Histórico de Olinda, o que não se configurou como barreira para que os moradores criassem seus próprios mecanismos de reivindicação de direitos civis.

As experiências de estabelecimento de um canal de troca entre o poder público e a população do Sítio Histórico de Olinda, é um exemplo de que a implantação de políticas públicas, aliada a participação popular, pode dar certo.

3. Entraves do Empresarialismo Urbano na gestão dos sítios históricos

O empreendedorismo urbano é um modelo de gestão é marcado por conceitos liberalizantes de ‘Estado Mínimo’ e do ‘Público Não-Estatal’ que transferem o dever de proteção social do

cidadão para a para a gestão local. No Brasil, foi marcado pela introdução de um modelo empresarialista de administração pública, se desdobrando na “competitividade intraurbana” incorporada na gestão local. A cidade, então, passa a ser administrada pela municipalidade objetivando a “criação de oportunidades de investimentos produtivos”, marcados pela implementação de projetos estruturadores, tratando a cidade como um “território de oportunidades” (LEAL, 2002, p.77-76).

Na prática, a execução dos projetos estruturadores desenvolvidos por esse modelo se dá por convênios assinados entre as diversas instâncias da administração pública, e sugere uma contrapartida entre as partes. Se por um lado o envolvimento do município neste processo abarca a descentralização como elemento positivo, por outro acaba por agregar mais responsabilidades ao poder local, que – sobrecarregado, desaparelhado e repleto de vícios burocráticos – não consegue cumprir com suas competências.

O empresarialismo urbano aparece, então, ao município como solução de ação efetiva da municipalidade junto à sociedade. No entanto, cria entraves que passam pela questão de que os projetos estratégicos são concebidos numa visão genérica, macro-orientada e distanciada das competências municipais, portanto incapazes de atender aos interesses locais que são da atribuição do município.

A adoção de uma política desenvolvimentista voltada ao turismo no Sítio Histórico de Olinda apresenta uma longa história, iniciada em 1970 com a adoção de “programas e projetos governamentais (...) voltado à população flutuante e, assim, guardava pouca relação com o modo de vida tradicional do lugar, que era a habitação” (BARRETO, 2008).

Deste então, os desfavores trazidos aos moradores pelo aparelhamento turístico, são contínuos e podem ser representados pela transformação do carnaval tradicional de Olinda, em carnaval de massas; uma verdadeira ameaça à estabilidade das colinas históricas e a conservação do casario, comprometendo a integridade do sítio (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007).

Não raras são às vezes em que os planos nacionais, que contemplam o Sítio Histórico de Olinda com projetos, contradizem-se com as legislações impostas ou desconsideram entendimentos que fazem parte do senso comum quanto à preservação do patrimônio local¹.

¹ Podemos exemplificar a oportunidade da elaboração da legislação urbanística para o sítio histórico que indicava o uso comercial dentro do setor de proteção rigorosa, área tradicionalmente residencial. Tal medida levaria a descaracterização do patrimônio olindense, além de levar a expulsão dos moradores desta área. (BARRETO, 2008).

Colaborando com esta afirmação, Milet e Pontual afirmam que “sejam planos diretores, sejam programas de renovação urbana, as intervenções desenhadas e efetivadas nesse sítio têm introduzido modificações que esvanecem a memória do lugar” (2007: p.18).

Como exemplo do debate aqui traçado, existe o Programa Monumenta, no qual Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda – um plano estruturador que irá propor uma requalificação dos espaços urbanos ao longo de todo o litoral entre o Sítio Histórico de Olinda até a ZEIS Brasília Teimosa, em Recife – apesar de declarar que seus convenientes (Estado e municípios de Recife e Olinda) obrigam-se a articular a participação da sociedade civil através de fóruns, conselhos – os mesmos não inserem nenhuma instância participativa na sua estrutura de gestão (PEIXE, 2006).

Além disto, o baixo grau de investimento destinados à melhoria da infra-estrutura básica (esgotamento sanitário, redes pluviais, pavimentação e telecomunicações) nas áreas mais carentes do território coberto pelo Complexo – a exemplo do Setor 01/Coqueiral, Istmo, Milagres – revela que o projeto está pouco comprometido com o atendimento das demandas sociais. Vale salientar que a área é uma das mais carentes contempladas no plano estratégico e que possui a menor oferta da infra-estrutura citada no projeto (BRASIL, 2006).

O projeto está implantado em áreas de alta densidade patrimonial em Recife e Olinda – bairro do Recife e Istmo – alertando quanto à atenção que deve ser dada a manutenção da identidade cultural durante a proposição do projeto. No entanto, as propostas apresentadas são pouco elucidativas quanto às características da imagem que a cidade irá assumir. Fica aqui uma questão: qual o canal que será utilizado pelo grupo gestor para permitir que a sociedade civil organizada se esclareça, fiscalize e se pronuncie contra possíveis discrepâncias entre o projeto proposto e as necessidades da sociedade?

4. Considerações

A construção da democracia brasileira é um compêndio de resultados das práticas políticas de países de cultura sócio-econômica distinta da brasileira. Adaptado e aplicado, o modelo seguido pela administração pública tem indicado a existência de lacunas importantes para serem preenchidas, a fim de alcançar a evolução da democracia no país. A importância da criação de uma política nacional de desenvolvimento vai além da aparência de um desejo baseado numa visão idealista; é condição fundamental para permitir o desenvolvimento urbano, por se tratar do caminho pelo qual organizamo-nos como sociedade.

As áreas históricas urbanas têm sofrido transformações sociais profundas e são vítimas da estagnação pela busca do desenvolvimento sustentável, por falta de um modelo de gestão capaz de se adequar as especificidades do local. De maneira peculiar, em sítios históricos, os modelos de gestão – baseados no empresarialismo urbano e em espaciais experiências de aplicação da gestão democrática – têm se dado de maneira assistemática, e não se confirmaram, até então, como uma medida suficiente, nem para garantir o desenvolvimento econômico, nem para promover a sustentabilidade no local. A abertura política para os processos descentralizantes na administração pública tem permitido a experimentação da instrumentação de um modelo reformador, que permita à municipalidade o atendimento das necessidades básicas da população, de maneira eficaz.

Se por um lado a descentralização e municipalização do poder trouxeram a possibilidade da formação de novos grupos de interesse, com poder de interferência na cidade, por outro, observa-se corriqueiramente a interrupção dos processos de mobilização popular devido às embates políticos. Este fato tem contribuído para a dissolução do engajamento da população e causa ruptura no processo democrático. De forma que, o modelo de gestão democrática deve promover a articulação entre o poder público municipal, estadual e sociedade organizada, constituindo um ambiente de debate sólido, diante de ameaças causadas pelas mudanças de gestão ou enfraquecimento do poder municipal.

A partir das exposições feitas, o desejado sistema eficaz de gestão dos sítios histórico aponta para a criação de um modelo que ofereça igual tratamento entre o aparelhamento da cidade para o desenvolvimento econômico e a melhoria nas condições de habitabilidade para os moradores do sítio, como condição para promover a manutenção da identidade cultural do local.

No Sítio Histórico de Olinda, a participação foi o caminho escolhido pelos moradores para denunciar, colaborar e reivindicar a ação da administração pública em prol da conservação do patrimônio e da melhoria das condições de habitabilidade. Embora as reivindicações nem sempre tenham sido atendidas o canal da participação demonstrou ser um importante instrumento daquilo que Leal (2003) chamou de “publicização do espaço público”.

Além do caráter pedagógico da prática política, a criação de espaços de participação permite ao cidadão envolver-se com as questões sociais comuns e garantir que a ação da administração pública não priorize apenas a criação de oportunidades de investimentos, mas que operacionalize o desenvolvimento da sociedade, redistribuindo investimentos segundo prioridades da população.

Projetos estratégicos são importantes fontes de capitalização da municipalidade, no entanto, devem incluir mecanismos efetivos que permitam a participação popular ativa, de modo que a co-gestão da cidade não represente apenas um instrumento de contenção social. A sociedade civil organizada, então, desempenhará o papel da vigilância necessária ao cumprimento de uma gestão coletiva para evitar que a cidade seja explorada como mercadoria.

Referências

- BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural** / Recife: UFPE / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2008. 200 folhas: il.
- BRASIL. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Impresso no Brasil, 167p.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158 p.; 21 cm
- _____. **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira** / Maria do Carmo de Lima Bezerra e Marlene Allan Fernandes (coordenação-geral). - Brasília: Impresso no Brasil, 2000, 155p.
- _____. Ministério da Cultural. **Cidades**. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=201> Acessado em 30 junho 2010a.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp#>.Acessado em 02 julho 2010d.
- LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Fetiche da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife**. Recife: Ed. do Autor, 2003.
- _____. **Práticas co-gerenciais na gestão pública a nível local**. Caderno CRH, n.26/27, Salvador: 1997, p.147-177.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª Ed. Campinas, SP:Editora da UNICAMP; Aracaju, SE:Editora UFS, 2007.
- NOVAES, Ricardo Carneiro. **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade**. ANPASS: I Encontro Associação Nacional e Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Ricardo%20Carneiro%20Novaes.pdf> Acessado em 01 07 2010
- PEIXE, João Roberto. **Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda**. (in) BARROS, César;ARAÚJO, Evelyne Labanca Corrêa de (Org.). Reabilitação urbana de

centralidades metropolitanas: reflexões e experiências na América Latina do século 21. Recife: Zoludesign, 2006, 1992p; p.183-191.

PONTUAL, Virgínia e MILET, Vera. **Olinda: Memória e Esquecimento**. Olinda: Ed.CECI, 2007. 13p.II.,tab.

TORRES, Christina Menezes e HOLKER, Werther. **Paisagem Cultural: Saber, Instrução para a Sustentabilidade Ambiental Urbana**. 2008. ANPASS: I Encontro Associação Nacional e Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. São Paulo, 2002. Disponível em < <http://www.anppas.org.br/encontro4/>> Acessado em 01 julho 2010.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 363p. Il.,fig.,tab.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação Urbana:Textos de Momento**. Olinda: Ed.CECI, 2008.

_____. **Gestão da Conservação e Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil: Propostas para uma agenda**. Olinda: Ed. CECI, 2007.